

## **A trajetória dos estudos africanos no Brasil: 1930 a 1980**

The trajectory of African studies in Brazil: 1930 to 1980

**Mariana Schlickmann**

Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
Historiadora do Arquivo Histórico Municipal de Balneário Camboriú/SC, pesquisadora associada  
do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/UFES e do Instituto Cultural Luisa Mahin

Email: [mariana.schli@gmail.com](mailto:mariana.schli@gmail.com)

**Recebido:** 30/11/2015

**Aprovado:** 17/04/2016

**RESUMO:** Os estudos africanos nasceram a partir de diferentes contextos e compuseram distintas trajetórias ao redor do mundo. Tanto no Brasil quanto em outros lugares, sentiram transformações metodológicas ao longo do tempo, ocorridas no ambiente acadêmico e também na sociedade. Por isso, estudá-las permite ampliarmos a compreensão acerca dos estudos africanos como um processo. Neste artigo, evidenciamos os principais pensamentos e correntes historiográficas que permearam a área, estabelecendo paralelos, conexões e apontando as diferenças do que foi produzido no país e no exterior.

**PALAVRAS-CHAVE:** História, Estudos Africanos no Brasil, Historiografia

**ABSTRACT:** The African studies born from different contexts and had different paths around the world. Both in Brazil and in other places felt methodological changes over time, which occurred in academia as well as in society. Therefore, study it allows broaden our understanding of African studies as a process. In this article, we highlight the main thoughts and historiographical currents that permeated the area, establishing parallel connections and pointing out the differences of what was produced in the country and abroad.

**KEYWORDS:** History, African Studies in Brazil, Historiography

### **O contexto nacional: Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e a criação de uma África nagô**

Em 15 de novembro de 1889, o jovem país chamado Brasil tornou-se República. Um ano antes, havia sido encerrada legalmente a escravidão, e a massiva população de ex-escravizados e seus descendentes transformaram-se em problema para a nova nação que tentava se libertar da monarquia e criar uma identidade pautada num sentimento de unidade e pertencimento, o “povo brasileiro”. Esta questão também apareceu em outros momentos da história do Brasil, como na

Semana de Arte Moderna de 1922<sup>1</sup>, nos anos 1930 no governo de Getúlio Vargas e com o processo político de redemocratização dos anos 1980. José Maria Nunes Pereira enfatizou a questão da identidade nacional como preocupação em diferentes momentos de nossa trajetória:

A questão da identidade nacional aflorou principalmente em três grandes conjunturas históricas: a independência, em 1822; com a abolição do regime escravo e o surgimento da República, em 1888-1889; e com a Revolução de 1930. A questão da formação do povo ou da cidadania é obrigatória nesses três momentos. Após o surto indianista nos meados dos oitocentos, com a consequência da Independência, temos política de maior incentivo a imigração europeia no pós-abolição e, finalmente, no âmbito da Revolução de 1930, a reinterpretação da nação.<sup>2</sup>

Neste contexto, como “inventar” uma nação, sendo esta formada em sua maioria por africanos e seus descendentes? Como manter a hierarquia social com o fim da escravidão? Segundo Gilson Brandão de Oliveira Júnior, a solução foi construir um elo luso, “associa[ndo] o surgimento de nosso país ao contato com europeus/portugueses, supostamente responsáveis pelo seu *descobrimento* e pelo amálgama étnico que caracteriza a sua formação”.<sup>3</sup> Deste modo, as raízes do Brasil foram fincadas na Europa, e, nesta concepção, o Brasil nasceu devido à Portugal, sendo suas tradições e hábitos culturais advindos do velho continente.

Os pensadores Carl F. P. Von Martius e Francisco Adolfo de Varnhagen<sup>4</sup>, além de reforçarem traços e laços europeus do Brasil, também se esforçaram em minimizar a presença africana no país e a miscigenação da população brasileira<sup>5</sup>. Contudo, von Martius foi o primeiro a afirmar que os africanos eram parte da história do Brasil, mesmo que seu papel fosse considerado pequeno e inferior. Nesta conjuntura, as teorias do racismo científico alegavam a existência de distintas raças entre os homens, hierarquizando-os e inserindo o branco como mais “evoluído” na escala e o negro caracterizado unicamente em termos negativos.<sup>6</sup>

Este novo Brasil República foi construído com expectativas de modernidade e prosperidade pautadas em padrões eurocêntricos. Entretanto, para o sucesso no projeto de

<sup>1</sup> A partir da Semana de Arte Moderna, novos padrões estéticos e culturais começaram a se destacar, valorizando características culturais consideradas “genuinamente” brasileiras.

<sup>2</sup> PEREIRA, José Maria Nunes. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África* – um estudo de caso: o CEEA (1973 – 1986). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1991, p. 37.

<sup>3</sup> OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão de. *Agostinho da Silva e o CEEA: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*. 2010. 235f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010, p.14.

<sup>4</sup> MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), 1845; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil* (1854-1857). Madrid, Imprensa de J. del Rio, a cargo de F. Molina, R. Estrella, 7.

<sup>5</sup> BITTENCOURT, Marcelo; CORREA, Sílvio Marcus de Souza. África e Brasil: uma história de afastamentos e aproximações. *Métis: história e cultura*. Caxias do Sul, RS: Educs, v. 10, nº 19, 2011, p. 8.

<sup>6</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1879 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 82.

nação, era preciso saber o que fazer com a enorme população negra que manchava a proposta de ideal branca europeia da população brasileira. Para Oliveira Júnior:

Somente a partir do final do século XIX os *homens de ciência* passam a interessar-se na investigação do negro no Brasil: não por seu valor cultural e papel ativo na construção da identidade nacional, mas como um “problema” a ser transposto, para manter indelével a imagem desta “promissora” nação pretensamente branca.<sup>7</sup>

A partir do “problema do negro” iniciaram-se as pesquisas no Brasil dedicadas ao continente africano e a pessoas que de lá sofreram com o processo de diáspora. Assim, dois campos de conhecimento surgiram - os estudos africanos<sup>8</sup> e os estudos afro-brasileiros - e foram por muito tempo demasiadamente conectados.<sup>9</sup> Neste primeiro momento dos estudos africanos, anterior à institucionalização da década de 1960, falava-se de África associando-a aos seus descendentes no Brasil e a questão racial no país. Mesmo assim, apesar de um olhar voltado para o contexto brasileiro, estes autores que serão analisados neste primeiro item deste artigo, foram os primeiros a abordar a África, e por isso podem ser considerados pioneiros nos estudos africanos na academia brasileira.

O primeiro homem de ciência a se dedicar ao “problema do negro”, isto é, a função, situação, integração e desenvolvimento das populações de origem africana no país, foi Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906). Médico por formação e professor de Medicina Legal na Faculdade de Medicina da Bahia, Rodrigues escreveu seu famoso livro, *Africanos no Brasil*, em 1906, obra publicada apenas na década de 1930.

Marcado pelo positivismo, e embebido nas teorias do racismo científico, o ineditismo do trabalho de Nina Rodrigues consistiu em recolher as memórias dos africanos remanescentes na Bahia, entendendo que conhecer as populações negras do Brasil requeria estudar a África, e, principalmente, ressaltar suas especificidades. Assim, ele identificou diferentes etnias e grupos, na contramão do pensamento da época, que rotulava todo esse contingente de pessoas simplesmente de “negros”.

---

<sup>7</sup> OLIVEIRA JUNIOR, *Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*, p. 21.

<sup>8</sup> Neste trabalho, optamos pelo entendimento de estudos africanos como um campo de estudo constituído por diversas subáreas do conhecimento, que se dedicam, através de uma metodologia própria, ao estudo do continente africano. HOUNTONDI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 80, Março, 2008, p. 149-160; FERREIRA, Roquinaldo. A institucionalização dos Estudos Africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 73-90 – 2010.

<sup>9</sup> De acordo com Lívio Sansone, estes se caracterizam pelo “estudo das relações raciais e da produção cultural negra no Brasil”. SANSONE, Lívio. Um Campo Saturado de Tensões: O Estudo das Relações Raciais e das Culturas Negras no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 1, 2002, p. 5-14.

O autor adotava uma perspectiva diferente, enxergando os africanos como colonos, e por isso, produtores de cultura, não como mera massa de mão de obra. Mas, na perspectiva de Rodrigues, essa colonização africana era negativa, pois a mestiçagem sinalizava perigo e atraso para o progresso e também uma ameaça à nacionalidade brasileira, que almejava uma identidade europeia.<sup>10</sup> Ele defendia a existência de diferentes raças, sendo a negra inferior à branca; contudo, era contra o fenômeno da escravidão:

O critério científico da inferioridade da raça negra nada tem de comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravagistas dos norte-americanos. Para a ciência, não é essa inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções. “Os negros africanos”, ensina Hovelacque, “são o que são, nem melhores nem piores do que os brancos; pertencem apenas a uma outra fase de desenvolvimento intelectual e moral”.<sup>11</sup>

Além de identificar demográfica, cultural e religiosamente a presença africana no Brasil, e de preconizar a importância da história da África para os estudos sobre o tráfico e a escravidão, Nina Rodrigues também distinguiu, entre os africanos e seus descendentes, diferentes grupos étnicos, comparando-os e hierarquizando-os categoricamente, colocando os nagôs acima dos bantu, ewes, haussás, achantis e demais povos.<sup>12</sup>

Para o estudioso, os nagôs mantiveram sua pureza cultural, percebida principalmente nos ritos de candomblé, considerados pelo autor mais sofisticados e organizados que as cerimônias religiosas de outros grupos. Em seu pensamento, a mestiçagem era condenável, e por isso os nagôs não deveriam se miscigenar com outras populações africanas para preservar sua pureza. Para Arilson S. de Oliveira, “era como se o ‘arianismo’ de Nina Rodrigues fosse transportado para o povo nagô”.<sup>13</sup>

O favorecimento deste grupo perante os demais, denominado por James Lorand Matory de nagocentrismo<sup>14</sup>, influenciou os trabalhos dos sucessores de Rodrigues. Esta influência, que os caracterizou como Escola Baiana, deu-se não apenas na continuidade de hierarquização e comparação entre etnias e grupos culturais, mas também no enfoque dos trabalhos voltados, com mais frequência, à cultura nagô/sudanesa, em especial, à religiosidade praticada através do

---

<sup>10</sup> RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008, p. 24.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. *Os africanos no Brasil*, p. 22.

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_. *Os africanos no Brasil*, p. 242-244.

<sup>13</sup> OLIVEIRA, Arilson S. de. Roger Bastide e a Identidade Nagocêntrica. *Sankofa*. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, nº 2, dez./2008, p. 87.

<sup>14</sup> MATORY, James Lorand. *Black atlantic religions: tradition, transnationalism, and matriarchy in the Afro-Brazilian Candomblé*. New Jersey: Princeton University Press, 2005, p. 43.

candomblé. Fernando Mourão, ao analisar a bibliografia existente sobre as duas populações, enfatiza claramente o privilégio recebido pelos povos nagôs/iorubás/sudaneses em detrimento dos bantu.<sup>15</sup>

Pontual destacar a abordagem insistente em procurar uma pureza, uma essência africana na religião praticada no Brasil, vertente perigosa porque não delimita fronteiras entre os estudos sobre os africanos e seus aspectos culturais e os estudos sobre as influências culturais dos africanos no Brasil. O primeiro trabalho acadêmico publicado no Brasil sobre os estudos africanos, de autoria do cientista político espanhol Luís Beltrán, já demonstrava preocupação a respeito da falta de delimitação entre o campo dos estudos africanos e afro-brasileiros.<sup>16</sup>

O segundo pesquisador brasileiro a se dedicar à temática foi Manuel Raimundo Quirino (1851-1923). Além de um líder abolicionista, Quirino fez registros antropológicos sobre a população africana remanescente na Bahia. Assim como Nina Rodrigues, caracterizava os africanos forçados a vir para o Brasil como colonos, não com a denominação de escravos. Em sua perspectiva, estes não eram bárbaros, mas populações civilizadas e aptas a trabalhos qualificados, como a mineração.<sup>17</sup> É nítido o esforço de Quirino em ressaltar as qualidades positivas e as contribuições relevantes dos africanos e seus descendentes. O intelectual posicionou-se favorável à mestiçagem, pois acreditava que as características positivas dos africanos pudessem ser transmitidas para diferentes gerações, ao contrário do pensamento de Nina Rodrigues.

A influência de Rodrigues pode ser percebida no trabalho de seu discípulo, Arthur Ramos (1903-1949)<sup>18</sup>, também médico, mas que abandonou a perspectiva racialista de seu mestre, e por influência da obra do antropólogo norte-americano Melville J. Herskovits<sup>19</sup>, adotou um novo conceito de cultura e relatividade cultural. Por meio desta nova abordagem e da utilização de

---

<sup>15</sup> MOURÃO, Fernando Augusto de Albuquerque. “Reprise” da África no Brasil. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP*: São Paulo, 1 (1), 1978, p. 7.

<sup>16</sup> BELTRÁN, Luís. *O Africanismo Brasileiro*. Recife: Pool, 1987, p.17

<sup>17</sup> QUIRINO, Manuel Raimundo. *A raça africana e os seus costumes na Bahia. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia*. Salvador, 1916; QUIRINO, Manuel Raimundo. *O colono preto como fator da civilização brasileira*. Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1918. Por seu caráter de raridade bibliográfica e importância para os estudos sobre o negro brasileiro, este texto foi republicado em formato digital pela *Revista Afro-Ásia*, número 13, 1980. Disponível em: [http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia\\_n13\\_p143.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n13_p143.pdf).

<sup>18</sup> RAMOS, Arthur. *O Negro Brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934; RAMOS, Artur. *As Culturas Negras no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937; RAMOS, Artur. *O negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

<sup>19</sup> Melville J. Herskovits foi um antropólogo estadunidense que contribuiu para a criação dos estudos africanos e afro-americanos nos EUA. Ele foi aluno de Franz Boas, que é considerado o “pai” da antropologia norte-americana e um dos pioneiros da antropologia moderna.

instrumentos metodológicos inovadores, como psicologia e etnologia, Ramos despontou nacionalmente como pesquisador.

Apesar de refutar as teorias raciais e evolucionistas, e de caracterizar a África como um mosaico cultural composto por grupos heterogêneos, o autor, assim como seu antecessor Nina Rodrigues, não conseguiu se desvencilhar da hierarquização e classificação das populações africanas, que em sua visão estavam basicamente divididas em dois grupos: sudaneses (iorubás ou nagôs e jêjes) e bantu (angolas, cabindas, benguelas, congos). Arthur Ramos se dedicava a temática da religiosidade, abarcando outros cultos além do candomblé, adentrando também no universo da psiquiatria, em diálogo com sua formação médica. Nesta área, pesquisava, em conexão com a antropologia, os “efeitos” da escravidão na população negra e os danos causados pelo racismo científico.

A escola feita por Nina Rodrigues também marcou presença nos escritos de Edison de Souza Carneiro (1912-1972), um dos primeiros pesquisadores a escrever sobre o Quilombo dos Palmares. Entretanto, sua principal linha de pesquisa centrou-se nas religiosidades afro-brasileiras, em especial o candomblé.<sup>20</sup>

Carneiro dedicou-se muito a pesquisas sobre sincretismo religioso, o que, de acordo com Oliveira, era visto sob uma perspectiva negativa pelo autor, pois ameaçava a pureza da religiosidade de origem africana:

Por outro lado, para Édison Carneiro, o sincretismo representa “degeneração” sim, mas “degeneração” da africanidade, pois não foi somente com o catolicismo que se verificou a obra do sincretismo na Bahia. Mas foi o catolicismo a influência predominante. E, já agora, há mais uma modalidade inesperada de sincretismo, – a sessão de caboclo, onde predominam as práticas espíritas sobre o ritual fetichista.<sup>21</sup>

A perspectiva do autor também era nagocêntrica, pois acreditava que a religião autêntica viera ao Brasil através dos grupos iorubás, e que a pureza restringia-se a poucos terreiros de candomblé em Salvador. O nagocentrismo não pautou apenas a produção brasileira, influenciando sobremaneira pesquisas de autores estrangeiros, como Pierre Verger e Roger Bastide. Segundo Oliveira Júnior, também apresentou reflexo nas primeiras ações do Centro de

---

<sup>20</sup> CARNEIRO, Edison de Souza. *Negros Bantos*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1937; CARNEIRO, Edison de Souza. *O Quilombo dos Palmares*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1947; CARNEIRO, Edison de Souza. *Candomblés da Bahia*. Editora Museu do Estado da Bahia: Salvador, 1948; CARNEIRO, Edison de Souza. *Religiões Negras*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1936.

<sup>21</sup> OLIVEIRA, Arilson S. de. Roger Bastide e a Identidade Nagocêntrica. *Sankofa*, p. 87.

Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, como, por exemplo, nas diretrizes de pesquisa voltadas para o estudo do candomblé nagô e o ensino da língua ioruba.<sup>22</sup>

Um dos mais proeminentes pesquisadores na década de 1930, Gilberto Freyre (1900-1987), autor de duas obras clássicas do período: *Casa Grande & Senzala*, de 1933 e *Sobrados e Mocambos*, publicada em 1936<sup>23</sup>, sugeriu que a mestiçagem, antes condenada, era a marca característica da identidade nacional brasileira. Freyre manteve o elo luso em sua pesquisa, reforçando a importância de Portugal na constituição do Brasil, mas abriu espaço para a contribuição das populações indígenas e africanas, mesmo que em menor proporção, pois para ele, o protagonismo era português e, os africanos, coadjuvantes neste contexto histórico. Gilberto Freyre entendia a mestiçagem como algo positivo, a ser incentivado, posicionamento importante para a criação do mito da democracia racial. Segundo o autor, a miscigenação proporcionava a convivência harmoniosa das três raças que construíram o país (indígena, africana e europeia).

Em *Casa Grande & Senzala*, Freyre evidenciou a importância da obra de Franz Boas para a compreensão acerca da distinção entre raça e cultura, evidenciando a forte perspectiva culturalista da sua obra. De acordo com Leila Hernandez:

A história social da escravidão de Freyre é um campo da cultura e da interação social presente no processo da reconstrução de um discurso que parte da instabilidade econômica e de uma sedimentação social fluida, própria do processo de desagregação de um sistema escravocrata que facilitou a miscigenação. Ao ter presente a dinâmica da africanização e da desafricanização, Freyre voltou seu olhar para as mestiçagens e trocas culturais e simbólicas que costuraram as diferenças, resultando em complexas formas de adaptabilidade.<sup>24</sup>

A relação entre Freyre e o conceito de Franz Boas constitui ponto polêmico, pois para alguns autores, ele entendia raça a partir de uma perspectiva cultural, e não biológica. No ponto de vista de José Maria Nunes Pereira, Freyre distorceu o conceito de Boas, de quem foi aluno, ao generalizar e atribuir características psicológicas a cada grupo racial, pois para Franz Boas o meio social distinguia as populações, e não a raça, visto que esta inexistia.<sup>25</sup> Esta generalização de características das populações aparece em Freyre em suas obras seguintes, sendo o português colonizador, idealizado, um herói dos trópicos. Segundo o autor, a constituição deste sujeito já

---

<sup>22</sup> OLIVEIRA JUNIOR, *Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*, p. 123-124.

<sup>23</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.; FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

<sup>24</sup> HERNANDEZ, Leila Leite. História da África no Brasil. *Cerrados* (UnB. Impresso), v. 19, p. 231-242, 2010, p. 222.

<sup>25</sup> PEREIRA. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986)*, p. 57.

seria mestiça devido a sua “bicontinentalidade”<sup>26</sup> e a convivência com judeus e árabes. Essa formação multicultural o tornava flexível e disposto a conhecer e conviver com novas culturas, as quais se sujeitavam ao seu domínio.

Nas obras posteriores de Gilberto Freyre, verificamos a continuação da idealização do português, que afirmava a flexibilidade da população portuguesa em se adaptar a outros locais, em especial aos trópicos, e que a capacidade dos homens portugueses de miscigenar e absorver trocas culturais criou uma “civilização inter-racial nascida no espaço de colonização portuguesa”<sup>27</sup>. Apesar não haver uma unanimidade acerca do início da difusão de lusotropicalismo em Portugal<sup>28</sup>, é consensual entre pesquisadores que as ideias de Freyre contribuíram como base teórica para tal conceito.

Este segundo momento da produção de Freyre ocorreu a partir da década de 1950, período em que sua obra no Brasil já estava totalmente desacreditada, mas sua projeção permitiu contatos estreitos com o governo português. A convite de Portugal, o autor viajou a cinco “províncias ultramarinas” portuguesas (Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique), entre 1951 a 1952, resultando na publicação de dois livros: *Aventura e Rotina* (1953) e *Um brasileiro em Terras Portuguesas* (1953). Para Pereira:

Neles, ao mesmo tempo, o luso-tropicalismo é aplicado ao particular das colônias portuguesas e ao contexto do início dos anos 50, tendo se constituído num instrumento de propaganda extremamente eficaz nas mãos do colonialismo português, em especial através de seus representantes na ONU, após o início das guerras de independência das colônias portuguesas na África, em 1961. Angola, por exemplo, é apresentada como um “futuro Brasil”, desde que fosse dado tempo ao colonialismo português para realizar essa transformação.<sup>29</sup>

Estas duas publicações de Freyre foram e são severamente criticadas, tanto no Brasil quanto no exterior, por seu caráter explicitamente parcial e enaltecedor do império português ultramarino, em um contexto de denúncias contra a exploração portuguesa e a luta pela independência das colônias africanas. Mas, ambas representam um marco, pois tratam-se das primeiras produções brasileiras que abordam exclusivamente a África contemporânea, mesmo

---

<sup>26</sup> ARAUJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2005, p. 9.

<sup>27</sup> PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951–1974). *Revista UFG*, Junho 2009, Ano XI nº 6, p. 152.

<sup>28</sup> CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998.

<sup>29</sup> PEREIRA. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986)*, p. 54.



não proporcionando aos africanos a posição de protagonistas, lugar que, para Freyre, pertencia aos portugueses.

Nina Rodrigues escreveu sua obra no começo do século XX, material publicado somente em 1933, mesma década em que Arthur Ramos, Edison Carneiro e Gilberto Freyre publicaram seus trabalhos. Como explicitamos anteriormente, em alguns momentos a questão da identidade nacional foi uma preocupação para o governo, e na década de 1930 o golpe de Estado que colocou Getúlio Vargas na presidência do Brasil trouxe novamente o assunto à tona.

Novas perspectivas apontadas pelos supracitados autores e eventos como o 1º Congresso Afro-Brasileiro, realizado em 1934, em Recife (organizado por Gilberto Freyre) e o 2º Congresso Afro-Brasileiro, que ocorreu em 1937 na Bahia (organizado por Edison Carneiro e Arthur Ramos), contribuíram para o aumento das pesquisas e o destaque dado ao tema. Estes dois Congressos tomaram demasiada importância por influenciarem as pesquisas desenvolvidas nos Centros de Estudos Africanos, em especial no CEAO; e, pela primeira vez congregaram a academia e as comunidades religiosas de origem africana, união esta que se manteve nos cursos de línguas africanas ofertadas pelo Centro, em especial o iorubá.

Cabe ressaltar que estes autores da década de 1930 pesquisaram e escreveram ainda sobre um viés racista. A questão da mestiçagem, com Nina Rodrigues em 1906, considerada um problema, na década de 1930 se tornou a solução para a identidade nacional brasileira, consolidando o imaginário da democracia racial cunhada por Freyre. Zamparoni afirma que, para Rodrigues, Carneiro e Ramos:

África surge não como constituindo um objeto próprio de estudo, com sua especificidade e historicidade, mas como complemento à compreensão da dita "questão negra", como uma ferramenta para o entendimento e elaboração de uma imagem de povo, para a formação do caráter nacional brasileiro.<sup>30</sup>

Nestes trabalhos destas primeiras décadas, não há uma clara distinção entre os estudos africanos e afro-brasileiros. Na realidade, eles se confundem e se complementam. O que hoje pode ser visto como um problema, para a situação da época, poderia ser considerado um grande avanço, pois esta falta de delimitação proporcionou a criação de ambos os campos de conhecimento. Sendo assim, apesar das mudanças na abordagem e na metodologia desde Rodrigues até Freyre, a questão da mestiçagem enfatizava a centralidade da raça, assim como o “problema do negro”, neste primeiro momento dos estudos africanos/afro-brasileiros no Brasil.

---

<sup>30</sup> ZAMPARONI, Valdemir D. Os estudos africanos no Brasil. *Veredas: Rev. Educ. Pública*, Cuiabá, v. 4, n. 5, jan./jun. 1995, p. 13.

## **Década de 1960: a institucionalização dos estudos africanos no Brasil**

Durante as décadas de 1940 e 1950, Gilberto Freyre manteve laços com o governo de Portugal. Neste contexto, o colonialismo português relutava em abdicar e conceder independência a suas colônias africanas, e o Brasil se mantinha diplomaticamente alinhado às ações lusitanas.

Na academia, perdeu-se o interesse pelos africanos, e o foco enveredou-se para os estudos sobre “o negro” e as relações raciais. Beatriz Mamigonian pontua que “aos poucos, o interesse pelos africanos de primeira geração se transferiu para os ‘negros’ em geral e se diluiu em tais investigações de uma ‘cultura negra’ genérica”.<sup>31</sup>

A produção de destaque ocorreu através da nova geração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, integrada pelos discípulos de Roger Bastide: Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e outros. Os estudos afro-brasileiros dominaram o cenário nacional principalmente com a temática da escravidão, a partir de análises estruturais de aspectos econômicos e políticos do tráfico e da escravidão.<sup>32</sup> Pesquisas sobre as práticas religiosas afro-brasileiras, em geral de cunho etnográfico, também prevaleceram no cenário.<sup>33</sup>

Alberto da Costa e Silva<sup>34</sup> avalia que, em finais da década de 1950 e início de 1960, três livros recolocaram o continente africano em evidência no ambiente acadêmico brasileiro: *O Brasil e o mundo ágio-africano*, de Adolpho Justo Bezerra de Menezes (1956); *África: colonos e cúmplices*, de Eduardo Portella (1961); e *Brasil e África: outro horizonte – volumes 01 e 02*, de José Honório Rodrigues (1964, 1ª edição 1961).

Adolpho Justo Bezerra de Menezes era formado em Ciências Jurídicas e Sociais e tornou-se diplomata de carreira. Seu livro era voltado para o campo diplomático, o que caracterizou sua escrita com menor preocupação com o tratamento e a análise de fontes do que o trabalho do historiador. Como fonte, o autor utilizou poucas referências bibliográficas, não indicando os documentos históricos utilizados para contextualizar a situação política dos países africanos e asiáticos abordados.

---

<sup>31</sup> MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. *Topoi* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, n.9, p. 33-53, 2004, p. 35.

<sup>32</sup> HERNANDEZ, Leila Leite. História da África no Brasil, p. 224.

<sup>33</sup> MAMIGONIAN, 2004, p. 35.

<sup>34</sup> COSTA e SILVA, Alberto da. A história da África e sua importância para o Brasil. In: *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 239.

Menezes examinou questões atuais da década de 1950, momento da independência de diversos países africanos (Líbia, Marrocos, Tunísia, Costa do Marfim, Gana, Guiné, Sudão) e ponderou que estes ocupariam papéis relevantes no futuro e, por isso, mereciam atenção do Brasil. O estudioso também teceu críticas ao governo brasileiro, que, em sua opinião, deveria se estabelecer como liderança dos novos Estados e criar uma política externa inovadora, contrária ao colonialismo.<sup>35</sup>

Eduardo Portella escreveu seu livro *África: colonos e cúmplices*, em tom de crítica mais dura do que Menezes, fazendo sérias acusações ao descaso do Ministério das Relações Exteriores em projetar uma política para os países africanos, atitude do MRE que denominou de racista e conservadora.<sup>36</sup> O baiano Portella era crítico literário e ligado ao candomblé, tendo atuado como coordenador do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos – IBEAA, fundado em 1961, ano de publicação de sua obra.

Dos três livros, o de José Honório Rodrigues obteve maior notoriedade. Único historiador de ofício dentre os três, tinha concepções claramente anticolonialistas. O autor abordou 400 anos de relação entre o Brasil e o continente africano, desde a escravidão até a posição brasileira perante a ONU nas questões do colonialismo português, a qual criticou veementemente, e utilizou como fontes uma ampla documentação, desde documentos oficiais do Brasil Colônia e do Ministério das Relações Exteriores do século XX, até entrevistas e publicações estrangeiras.

Diferentemente de Gilberto Freyre, Rodrigues defendeu que a contribuição africana foi consideravelmente maior que a portuguesa para a constituição do Brasil. Para o autor, o projeto de miscigenação, ao falhar em África e ser bem-sucedido no Brasil, demonstrou ser necessário mais do que a pré-disposição portuguesa para a vida nos trópicos, como romantizou Freyre. O sucesso da miscigenação racial brasileira, em sua perspectiva, atribuía-se à escravidão, criadora de uma conjuntura social na qual as mulheres negras, demograficamente em maior número do que as mulheres brancas, eram submetidas à violência sexual por homens portugueses, gerando filhos considerados mestiços. Deste modo, a miscigenação ocorria sem nenhuma “glória” ao espírito aventureiro português, como era defendida por Freyre.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> MENEZES, Adolpho Justo Bezerra. *O Brasil e o Mundo Ásio-africano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1960, p. 229.

<sup>36</sup> PORTELLA, Eduardo. *África: colonos e cúmplices*. Rio de Janeiro: Prado, 1961, p. 137.

<sup>37</sup> RODRIGUES, José Honório Rodrigues. *Brasil e África: outro horizonte*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, 2ª edição, p. 55.

Rodrigues apresentou sua obra publicada em três edições (1961, 1964 e 1982), ampliadas e revisadas constantemente, atualizando assim os desdobramentos das independências das colônias africanas e do posicionamento do governo perante estas. Os livros de Rodrigues, Portella e Menezes marcaram o início da grande euforia que envolveu e propiciou o processo de institucionalização dos estudos africanos na década de 1960. Ressaltamos que a institucionalização dessa área de estudos ocorreu no Brasil, neste momento, a partir de dois fatores: o interesse do Governo Jânio Quadros pelas independências africanas - que propiciou a abertura das primeiras embaixadas em países africanos e o investimento em pesquisas sobre o tema -, e a fundação de três centros de estudos africanos no país.

O ano de 1960 foi nomeado pela UNESCO como “ano da África”<sup>38</sup>, marcado pela independência de 17 nações africanas. Estas transformações em África foram amplamente divulgadas na imprensa brasileira, conduzindo diversos intelectuais a voltarem seus olhares para o continente. Como afirma Jerry D`Avila, só com o processo de “descolonização africano é que os intelectuais brasileiros se apressaram para atravessar o Atlântico. A descolonização passou a ser o centro das atenções de uma geração de nacionalistas culturais e econômicos”.<sup>39</sup> Apesar da importância dada pela UNESCO, naquele momento, a África ainda não era uma das prioridades da agenda internacional do Brasil.

Então, nesse contexto, e com a posse do presidente Jânio Quadros, em 1961, o governo brasileiro passou a aproximar-se do continente africano, apoiando a criação dos três primeiros centros de pesquisa sobre África e Ásia em três importantes universidades brasileiras. São eles: Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) junto à Universidade Federal da Bahia (UFBA), fundado em 1959; o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), fundado em 1961, e transformado em Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) em 1973, junto à Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro (UCAM); e, por fim, o Centro de Estudos e Cultura Africana junto à FFLCH/USP (1963), hoje denominado Centro de Estudos Africanos (CEA).

Para Pereira, além do contexto político evidenciando o continente africano, um dos motivos da criação dos Centros foi o envolvimento prévio, mas não necessariamente acadêmico, de seus fundadores com os países africanos, principalmente Angola e Nigéria.<sup>40</sup> Além disso, produções como as de Nina Rodrigues e a Escola Baiana, e eventos como os Congressos Afro-

---

<sup>38</sup> PEREIRA. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África* – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986), p. 84.

<sup>39</sup> D'ÁVILA. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 14.

<sup>40</sup> PEREIRA. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África* – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986), p. 83.

Brasileiros, reforçavam a influência do negocentrismo e dos terreiros de candomblé. Por isso, não se trata de coincidência a Bahia ser local da fundação do primeiro Centro de Estudos Africanos, o CEAO/UFBA, em 1959, haja vista conformar o estado com os terreiros mais expressivos; Salvador, a cidade com a maior população negra do país e também o expressivo número de pesquisadores interessados no tema.<sup>41</sup>

Este Centro de pesquisa foi criado por Agostinho da Silva, filósofo português exilado no Brasil desde 1944, em razão das perseguições sofridas pelo regime ditatorial de Salazar.<sup>42</sup> Antes de dirigir o CEAO, atuou como conselheiro do presidente Jânio Quadros nos assuntos africanos do MRE.<sup>43</sup> O apoio da UNESCO e do então reitor da Universidade Federal da Bahia, Edgar Rego dos Santos, foi fundamental para o surgimento do Centro e para garantir apoio institucional e financeiro, adotando a denominação Estudos Afro-Orientais já no ato de sua fundação.<sup>44</sup> Em razão da influência dos terreiros de candomblé, surgiram no CEAO diversas pesquisas com foco religioso negocêntrico e também cursos de língua iorubá. A instituição foi também pioneira na intermediação da cooperação do Brasil com África, enviando pesquisadores e recebendo alunos africanos no primeiro programa deste estilo criado pelo governo federal na gestão de Jânio Quadros (1961).

Por sua vez, o IBEEA, instituído em 1961 como um órgão diretamente ligado à presidência, foi um projeto idealizado por Cândido Mendes<sup>45</sup>, Chefe da Assessoria Internacional da Presidência de Jânio Quadros na época de fundação do Instituto. Ele estava localizado no Ministério da Educação, dentro do Palácio Capanema, no Rio de Janeiro, subordinado diretamente à presidência. O IBEEA foi criado e vinculado ao Ministério da Educação a pedido do presidente, que desejou um órgão de pesquisa sobre África que não sofresse a influência do lobby português que pairava sobre o Ministério das Relações Exteriores. Assim, o Instituto

---

<sup>41</sup> REIS, Luiza Nascimento dos. *O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964)*. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2010. p. 18.

<sup>42</sup> D'ÁVILA. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*, p. 36.

<sup>43</sup> PEREIRA, José Maria Nunes. Os Estudos Africanos na América Latina: Um estudo de caso. O centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA). In: *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro*. Córdoba; Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e CEA-UNC, Centro de Estudios Avanzados-Universidad Nacional de Córdoba, 2008.

<sup>44</sup> OLIVEIRA JUNIOR, *Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*, p. 117.

<sup>45</sup> Cândido Antônio José Francisco Mendes de Almeida nasceu no Rio de Janeiro, em 1928, e advém de uma família com títulos de nobreza ligados ao Vaticano. A família Mendes de Almeida criou no Rio de Janeiro, em 1906, a Escola Técnica de Comércio Cândido Mendes, que em 1919 abriu seu primeiro curso de ensino superior e desde então foi se expandindo até tornar-se uma universidade na década de 1960.

elaborou projetos para Política Externa Independente, inaugurada por Quadros, para as relações exteriores do Brasil com os novos países independentes da África.<sup>46</sup> Segundo Pereira, após o golpe civil-militar de 1964, esta assessoria passou a ser comandada pelo Itamaraty, extinguindo-se no mesmo ano.

Em 1973, Cândido Mendes retomou o projeto do Instituto, porém em novos moldes, a partir de então vinculado à Universidade Cândido Mendes, chamando-se Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), movimento auxiliado por José Maria Nunes Pereira, empossado diretor-assistente do CEAA. A relação de Pereira com África data do início de sua formação nas universidades do Porto e de Coimbra, em Portugal, onde militava pela independência das colônias portuguesas.<sup>47</sup>

Em sua primeira fase, a meta principal era colaborar com o Itamaraty no desenvolvimento de relações culturais com África e Ásia. Contudo, a dinamicidade inicial foi sufocada pelas novas diretrizes da ditadura civil-militar. Posteriormente, já transformado em CEAA, ofereceu cursos e disseminou informações sobre o continente africano através de sua revista, denominada *Estudos Afro-Asiáticos*. As pesquisas, cursos e publicações inicialmente possuíam temas introdutórios como *Apartheid*, colonialismo, lutas de libertação, racismo, dentre outras temáticas afins. No decorrer dos anos, os assuntos abordados se modificaram, abrangendo questões de política externa brasileira e relações com África. Com apoio de financiamentos externos à Universidades, pesquisas de campo foram realizadas no continente africano e a revista do CEAA tornou-se referência consolidada, ganhando circulação internacional.<sup>48</sup>

Já o Centro de Estudos Africanos (CEA) da USP, fundado em 1965 por Fernando Augusto Albuquerque Mourão e Ruy Galvão de Andrada Coelho, estava vinculado, inicialmente, ao departamento de Sociologia, denominado de Centro de Estudos e Cultura Africana. Em 1968, integrou-se à universidade, para além da representação que possuía dentro do departamento de Sociologia, tornando-se interdisciplinar e interdepartamental, momento em que passou a ser denominado Centro de Estudos Africanos.

---

<sup>46</sup> PEREIRA. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África* – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986), p. 287.

<sup>47</sup> \_\_\_\_\_. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África* – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986), p. 85.

<sup>48</sup> PEREIRA. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África* – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986), p. 107.

Mourão escreveu a primeira dissertação de mestrado brasileira sobre África, intitulada *A sociedade angolana através da literatura: a Luanda na obra de Castro Soromenho*, defendida em 1969 no departamento de Sociologia, e orientada por Ruy Coelho, que o auxiliou a fundar o CEA. O interesse do autor por África era anterior a sua trajetória na USP, surgindo no período de estudos e formação em Portugal na década de 1950, quando os movimentos de libertação dos países africanos de expressão portuguesa eram o principal acontecimento e preocupação de Portugal.

O entrelaçamento de Mourão com as propostas de independência implicou em perseguição política do governo de Salazar, e ele só conseguiu retornar ao Brasil graças ao auxílio do governo de Juscelino Kubitschek. A partir da década de 1970, o autor colaborou na gestão diplomática do Itamaraty, viajando com delegações governamentais brasileiras para África, como por exemplo, na ida ao Festival de Arte e Cultura Africana (FESTAC) na Nigéria, em 1977.<sup>49</sup>

O CEA, através das grades disciplinares de vários departamentos do Centro Interdepartamental/Intraunidade da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, desde sua fundação, ofereceu diversos cursos, recebendo grande fluxo de alunos africanos. A importância do CEA pode ser percebida pela grande produção acadêmica, uma vez que é o centro de estudos africanos brasileiro com maior produção de teses e dissertações sobre África.

A década de 1960 representou um novo e notável momento para os estudos africanos no Brasil, período de institucionalização, a partir da criação dos primeiros centros de estudos dedicados ao tema, um marco devido ao reconhecimento acadêmico obtido com a oficialização e a existência legal dentro das universidades às quais se vincularam, garantindo estrutura oficial e acadêmica para pesquisas antes esporádicas.

Além disso, o destaque propiciado pelas independências de diversos países africanos colocou o continente em pauta tanto na academia quanto na política. Naqueles primeiros anos pós-Independência, o governo brasileiro preocupou-se em criar embaixadas e estabelecer relações comerciais e diplomáticas com África. O enfoque ultrapassou o interesse de universidades e do governo, pois, de acordo com Bittencourt e Correa, “esse interesse pela África não foi somente acadêmico. Entre artistas, escritores e estudiosos da cultura brasileira, houve uma busca consciente pela África”<sup>50</sup>.

Infelizmente, a grande euforia da primeira metade da década de 1960 foi sufocada pelos anos iniciais do golpe civil-militar, que encerrou os projetos encaminhados por Jânio Quadros em

---

<sup>49</sup> \_\_\_\_\_. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África* – um estudo de caso: o CEA (1973 – 1986), 2008.

<sup>50</sup> BITTENCOURT; CORREA. *África e Brasil: uma história de afastamentos e aproximações*, p. 12.

relação ao continente africano. As novas diretrizes políticas refletiram diretamente nos centros de estudos africanos, cujos recursos pagos pelo governo foram suspensos, em especial do Ministério das Relações Exteriores e da Educação. O fechamento do IBEAA, ainda em 1964, representou as medidas tomadas pelos tempos sombrios da ditadura brasileira.

Outro duro golpe sofrido foi a Reforma Universitária de 1968<sup>51</sup>, quando se extinguiu o sistema de cátedras nas universidades públicas do Brasil, sendo substituídos por departamentos. Deste modo, laboratórios e centros de pesquisa, antes interdisciplinares, foram esvaziados com a realocação dos professores em distintos setores. De acordo com Márcia Guerra, a sociedade acadêmica ansiava pela reforma, uma vez que:

A seriedade do perfil acadêmico da Cátedra granjeava o reconhecimento do seu trabalho junto aos estudantes que, além de assistirem as aulas também compareciam às palestras e seminários organizados pelo grupo. As prerrogativas constitucionais asseguradas à Cátedra permitiam que ela pudesse desenvolver seu trabalho com tranquilidade, desde que este não viesse a conflitar com as especialidades dos outros catedráticos. Este mesmo reconhecimento tornou as limitações impostas pela estrutura universitária de então, impossíveis de serem seguidas à risca e, cada vez maior a pressão para que fossem ultrapassadas as barreiras.<sup>52</sup>

Deste modo, as cátedras em história foram substituídas pela divisão quadripartite francesa: Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, permitindo que temas como História do Brasil ou História da África fossem abordados por diferentes professores, em distintos contextos e enfoques, para além do catedrático. Por outro lado, esta divisão eurocêntrica automaticamente excluía a História da África do currículo, tornando-se uma opção do professor inserir ou não o tema em sua disciplina e abordagem.

Para os estudos africanos, a década de 1960 foi um momento intenso. Foi neste período que os primeiros CEAs (centros de estudos africanos) foram fundados e que o tema voltou a despertar interesse no âmbito acadêmico e político. Contudo, desafios para manutenção destas conquistas também foram postos através das mudanças decorrentes nas diretrizes governamentais da ditadura e com a Reforma Universitária.

---

<sup>51</sup> PEREIRA, Marcia Guerra. *História da África, disciplina em construção*. 2012. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012, p. 66.

<sup>52</sup> \_\_\_\_\_. *História da África, disciplina em construção*, p. 94.



## Movimento Negro e o afrocentrismo nas décadas de 1970 e 1980

O Movimento Negro Unificado, desde sua fundação, na década de 1970, apresentou constante preocupação com a educação, inserindo o tema em pauta e uma agenda de encontros, fóruns e seminários específicos para debater o assunto<sup>53</sup>. Neste período, o Movimento Negro ganhou força junto aos demais movimentos sociais reprimidos pela ditadura que começaram a lentamente se reorganizar/reestruturar. E, além disso, acontecimentos internacionais, como os movimentos de libertação de países africanos e a luta pelos direitos civis nos EUA contribuíram para o impulso do movimento.<sup>54</sup>

A década de 1970, no Brasil, propiciou um momento marcadamente diverso, influenciado principalmente pelo fato de que as forças democráticas, após anos de exceção imposta pelos governos militares, começavam a se articular no país. A sociedade civil organizada se fazia presente na cena da redemocratização. Assim, movimentos sociais, tais como o feminista, sindical e o negro, passaram a dar voz, mais audível, às suas demandas. Era o período das insurgências populares contra a ausência de democracia.<sup>55</sup>

Neste contexto de renovação, surgiram na década de 1970 diversas organizações de luta contra o racismo, denominadas Movimento Negro, nos mais variados estados do país como Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. No Rio de Janeiro, uma das grandes organizações foi a Sociedade de Intercâmbio Brasil África (SINBA), fundada em 1974; a mais conhecida de todas, criada em 7 de julho de 1978 em São Paulo, foi o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, em seguida renomeado de Movimento Negro Unificado. Na agenda, a principal demanda e objetivo era o combate ao racismo e à discriminação racial, perspectiva alinhada à pauta de âmbito mundial.

Consideramos válido enfatizar que, para o conceito de Movimento Negro, diversas definições plausíveis podem ser utilizadas, constituindo a de Regina Pahim Pinto uma das possíveis, a partir da qual compreende-se que:

Configura-se como movimento negro o conjunto das iniciativas de natureza política (*strictu sensu*), cultural, educacional ou de qualquer outro tipo que o negro vem tomando, com o objetivo deliberado de lutar pela população negra e

---

<sup>53</sup> CARDOSO, Marcos. *O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2. ed., 2011, p. 55.

<sup>54</sup> PINTO, Regina Pahim. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013, p. 319.

<sup>55</sup> SILVA, Joselina. Jornal SINBA: a África na construção identitária brasileira dos anos setenta. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (Orgs.) *O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos da democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p. 185.

de se impor enquanto grupo étnico na sociedade, independentemente da estratégia utilizada nessa luta.<sup>56</sup>

No entendimento de Karin Sant'Anna Kössling, o Movimento Negro (MN) recebeu diversas influências internacionais que motivaram e moldaram o modo de conduzir o combate ao racismo no Brasil.<sup>57</sup> Até o final da década de 1970, a agenda do movimento era voltada para as lutas de libertação dos países de expressão portuguesa, tendo Amílcar Cabral como grande liderança e seus textos como referência para grupo de discussões. O MN estadunidense e as lutas pelos direitos civis conformaram referência para os brasileiros a partir de 1980, assim como suas principais lideranças: Panteras Negras, Malcolm X, Martin Luther King, Angela Davis, etc.

O Pan-africanismo, o movimento da Negritude e as lutas pela independência dos países africanos também influenciaram o MN, tornando-se pauta de reuniões, congressos e protestos no Brasil. Como afirma José Maria Nunes Pereira, um dos fundadores do CEAA/UCAM: “nesse ambiente político, ideologias como o pan-africanismo e a negritude bem como o anti-imperialismo terceiro-mundista eram pertinentes para os africanos e para nós”.<sup>58</sup> Hédio da Silva Júnior pondera a existência de três correntes de pensamento que influenciavam o MN naquele momento:

Podemos identificar três matizes de pensamento no discurso da geração que se engaja no movimento negro nos anos 1970 e 80. [...] Você tem o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, que sempre mobilizou a atenção da militância; você tem as lutas independentistas no continente africano, sobretudo, até pela facilidade da proximidade linguística, nos países lusófonos, notadamente Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau. E, por fim, o movimento pela *negritude*, que a rigor sempre foi um movimento literário na verdade, um movimento cultural de intelectuais de África e das Antilhas que se encontram em Paris nos anos 30 do século passado e que vão formular ideias a respeito do que seria ocidentalismo e orientalismo na perspectiva africana, nos valores africanos.<sup>59</sup>

A luta pelos direitos civis estadunidenses influenciou sobremaneira o pensamento e a formação dos militantes.<sup>60</sup> Contudo, de acordo com Kössling, o movimento da Negritude também foi fundamental na formação do pensamento da militância afro-brasileira:

---

<sup>56</sup> PINTO. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*, p. 31.

<sup>57</sup> KÖSSLING, Karin Sant'Anna. Olhares sobre a África: temas dos movimentos negros brasileiros sob vigilância do DEOPS-SP (1964-1983). *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 30, n° 1/2/3, Jan-Dez 2008, p. 133.

<sup>58</sup> PEREIRA. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África* – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986), p. 288.

<sup>59</sup> SILVA JÚNIOR, Hédio. Entrevista concedida ao CPDOC. In: ALBERTI, Vera; PEREIRA, Amílcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007, p. 69.

<sup>60</sup> ALBERTI, Vera; PEREIRA, Amílcar Araújo. Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 39, jan-jun de 2007, p. 32.

[...] os militantes apropriaram-se da denominação “negritude” tanto em seus discursos quanto em suas produções literárias, mesmo os que não seguiam as formas apresentadas nos movimentos dos africanos em Paris ou nas Antilhas. A “negritude” no Brasil visava à (re)leitura das heranças culturais de origem africana e às qualificações sociopolíticas positivas de se assumir como afro-brasileiro.<sup>61</sup>

Culturalmente, o momento também evidenciou destaques com a *soul music*, os bailes *Black*, o Olodum, a estética do cabelo *black power*, os grupos de teatro e a tentativa de resgate cultural da *Mama África*, ou seja, do continente africano como lugar das raízes, onde os militantes foram à procura de novos referenciais culturais. De acordo com Vera Alberti e Amílcar Pereira, estas manifestações culturais e artísticas objetivavam a elevação da autoestima das populações negras, além de despertá-las para a luta antirracista no Brasil.<sup>62</sup>

A herança africana do Brasil pretendia ser resgatada pelo Movimento Negro como instrumento de combate ao racismo e valorização do “ser negro” no país. Por isso, além da adoção de valores estéticos negros, heróis africanos ou de descendência africana tornaram-se símbolos importantes, e seus pensadores e filósofos lidos avidamente. Leopold Senghor, Frantz Fanon, Agostinho da Silva, Amílcar Cabral, Samora Machel, Malcolm X, Angela Davis e Martin Luther King transformaram-se em referência, e foram estudados tanto nas reuniões do MN quanto na academia.<sup>63</sup> Diversos setores do movimento, como o Centro de Cultura Negra no Maranhão, organizavam reuniões periódicas para leitura e discussão destes autores mencionados.<sup>64</sup>

Muitos destes militantes, como Fábio Leite<sup>65</sup>, Júlio Braga Santana<sup>66</sup> e Rafael Sanzio Araújo dos Anjos<sup>67</sup>, eram estudiosos do Pan-africanismo e da Negritude, e adaptaram estas leituras para o contexto brasileiro. Eles também estavam inseridos nas universidades, nos centros de estudos africanos, momento em que publicaram artigos e livros sobre África. O Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes abrigou muitas discussões acadêmicas com integrantes do Movimento Negro em suas reuniões semanais aos sábados, chegando a envolver

---

<sup>61</sup> KÖSSLING, 2008, p. 137.

<sup>62</sup> ALBERTI, Vera; PEREIRA, Amílcar Araújo. *Movimento negro e “democracia racial” no Brasil*: entrevistas com lideranças do movimento negro. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005, p. 12.

<sup>63</sup> \_\_\_\_\_. Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil, p. 29.

<sup>64</sup> \_\_\_\_\_. *Movimento negro e “democracia racial” no Brasil*: entrevistas com lideranças do movimento negro, p. 7.

<sup>65</sup> LEITE, Fábio Rubens da Rocha. *A questão ancestral*: Notas sobre ancestrais e instituições ancestrais em sociedades africanas – Ioruba, Agni e Senufo. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1982.

<sup>66</sup> SANTANA, Julio Braga. *Le jeu de Búzios dans le Candomblé de Babia*: étude sur la divination dans les cultes Afro-brésiliens. 1977. Tese (Doutorado em Antropologia) - Université Nationale du Zaïre. Kinshasa, 1977.

<sup>67</sup> ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A Utilização dos Recursos da Cartografia Conduzida para uma África Desmistificada. In: Editora da Universidade de Brasília. (Org.). *Humanidades - Retratos da África*. Brasília - DF: Editora UnB, 1989, v. 22, p. 12-32.

80 pessoas.<sup>68</sup> Esta participação do MN no CEAA também é refletida nas publicações da *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, que durante este período pautou-se em temas voltados para as independências dos países africanos e questões do terceiro mundo.<sup>69</sup>

Estas influências trazidas e adaptadas, em grande parte pelo MN, para a realidade brasileira tiveram seu início nas décadas de 1950, 1960 e 1970, quando mais de 40 países africanos se tornaram independentes. Este contexto acarretou mudanças profundas no continente, que se estenderam para o modo da historiografia enxergá-lo. De acordo com Oliva:

A fragmentação política do continente forçava a construção de histórias nacionais para cada região “inventada” pelos europeus e reinventada pelos africanos. De uma forma geral, a independência criou, por parte de uma nova elite política e intelectual, a necessidade da elaboração das identidades africanas dentro do continente e desse perante o mundo. Para isso, era imprescindível retornar ao passado em busca de elementos legitimadores da nova realidade e encontrar heróis fundadores e feitos maravilhosos dos novos países africanos e da própria África. Por essa visão, o continente possuiria uma história tão rica e diversificada quanto a europeia.<sup>70</sup>

Nesta conjuntura, historiadores africanos como Joseph Ki-Zerbo e Cheick Anta Diop se dedicaram a escrever a partir de uma nova perspectiva, pautada no ideal de que a História da África possuía grandes civilizações e seus próprios heróis, muito além dos marcos da chegada dos europeus ao continente.<sup>71</sup> Em simetria com o Pan-Africanismo, pretendeu-se elaborar a história de todo o continente, buscando encontrar uma identidade comum aos africanos.

Esta geração trouxe grandes contribuições para a consolidação da História da África como campo legítimo de produção de conhecimento, como a coleção de 8 volumes da História Geral da África, lançada no início da década de 1980, um dos primeiros trabalhos contemporâneos acerca da África subsaariana. Neste contexto, surgiram as primeiras pesquisas com fontes orais, como o do guineense Djibril Tamsir Niane, por exemplo, que escreveu um capítulo sobre o Mali para a Coleção História Geral da África.<sup>72</sup>

O trabalho de Jan Vansina<sup>73</sup>, historiador belga, teve um papel fundamental no desenvolvimento de uma metodologia para a credibilidade do uso das fontes orais para a própria

---

<sup>68</sup> ALBERTI, Vera; PEREIRA, Amílcar Araújo. Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil, p. 142.

<sup>69</sup> SCHLICKMANN, Mariana. *A introdução dos estudos africanos no Brasil: 1959-1987*. Curitiba, PR: CRV, 2016, p.59.

<sup>70</sup> OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África em Perspectiva: Caminhos e descaminhos da historiografia africana e africanista. *Revista Múltipla*, Brasília, v. 10, n. 16, 2004, p. 9- 40, p. 24.

<sup>71</sup> LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos. *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa: Linopazas, 1995, p. 21-29, p. 23.

<sup>72</sup> NIANE, Djibril Tamsir. *Sundjata ou a Epopéia Mandinga*. Coleção Autores Africanos. São Paulo: Editora Ática, 1982.

<sup>73</sup> VANSINA, Jan. *Oral Tradition as History*. Madison: University of Wisconsin Press, 1985.

defesa da História da África como uma área em si, capaz de produzir pesquisas com rigor historiográfico. A rigidez defendida por Vansina consagrou-se um dos grandes problemas desta historiografia, pois propunha-se uma história semelhante aos grandes feitos europeus, ora enaltecendo aspectos culturais como o Egito Negro de Joseph Ki-Zerbo<sup>74</sup> ora ressaltando os traumas coloniais.

Nesta perspectiva, o eurocentrismo<sup>75</sup> deu lugar ao afrocentrismo<sup>76</sup> e, apesar de os historiadores africanos tomarem lugar de protagonistas do momento, a falta de precisão historiográfica e de um refinamento metodológico para lidar com as fontes orais limitaram avanços nas pesquisas. De “região periférica”, passaria a ser pensada como “região central da humanidade”.<sup>77</sup> Como afirmou Oliva, os argumentos não estavam equivocados, mas o sentido ideológico e passional dos estudos comprometeu parte das pesquisas e teorias elaboradas.

A perspectiva afrocêntrica, caracterizada principalmente pelos movimentos do Pan-africanismo (estadunidense) e da Negritude (gestado em Paris) pode ser percebida no Brasil a partir de 1970, introduzida por intermédio do Movimento Negro e sua luta contra o racismo. Neste contexto, o MN e as universidades, principalmente através dos centros de estudos africanos, estavam em diálogo constante, uma vez que muitos pesquisadores também eram militantes.<sup>78</sup>

Sendo assim, produções não acadêmicas e acadêmicas do período seguiam a mesma vertente de valorização da África e das populações negras. Autores como Júlio Braga, Henrique L. Alves<sup>79</sup> e Joel Rufino dos Santos<sup>80</sup> integraram este quadro, bem como pesquisadores estrangeiros, mas com formação no Brasil, como Kabengele Munanga<sup>81</sup> e Carlos Serrano.<sup>82</sup> Alves e Munanga evidenciam as influências do Movimento da Negritude nas obras deles. Por sua vez, em Santos, temas recorrentes do movimento negro fizeram-se presentes, como a luta contra o

---

<sup>74</sup> KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Volume 1. Portugal: Publicações Europa-América, 1972.

<sup>75</sup> BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, História e História da África. *Sankofa*. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, nº 1 jun./2008.

<sup>76</sup> FARIAS, Paulo F. de Moraes. Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural. *Revista Afro-Ásia*, 29/30 (2003), p. 317-343.

<sup>77</sup> OLIVA. A história da África em Perspectiva: Caminhos e descaminhos da historiografia africana e africanista, p. 18.

<sup>78</sup> RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA; SILVA, 2009, p. 87.

<sup>79</sup> ALVES, H. L. *Diálogo da negritude*. Lorena, Centro de Estudos Históricos Gustavo Barroso. CEDIC/PUC-SP, 1965.

<sup>80</sup> SANTOS, Joel Rufino dos. *O que é Racismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982; SANTOS, Joel Rufino dos. *Zumbi*. São Paulo: Editora Moderna, 1985.

<sup>81</sup> MUNANGA, Kabengele. *Negritude*. Usos e Sentidos. São Paulo: Ática, 1986.

<sup>82</sup> SERRANO, Carlos Moreira Henrique. *O poder político no reino N'goyo*. Dissertação (Mestrado em Ciência Social) - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1979.

racismo e a exaltação de heróis africanos ou negros, como Zumbi dos Palmares. Já a dissertação de Serrano ressaltou como as organizações sociais africanas eram tão elaboradas quanto as europeias.

Nas décadas de 1970 e 1980 o MN buscava modificar o que era ensinado nas escolas, pois as abordagens reforçavam, por meio dos conteúdos, a invisibilidade ou posições sempre subalternas das populações afro-brasileiras. Desde o final da década de 1970, o MN propunha uma reformulação nos conteúdos do currículo escolar brasileiro, visando inserir conteúdos de História da África, além da valorização da história e cultura afro-brasileira.<sup>83</sup>

Contudo, neste período, apesar das inovações e mudanças, o racismo científico ainda exerceu influência sobre alguns pesquisadores. As obras *Difícil África Negra* e *Made in África*, respectivamente de Mario Neme e de Luis da Câmara Cascudo também foram influenciadas por essa perspectiva. Ambos escreveram já na década de 1960, e conduziram uma narrativa menos imbuída de tal ideologia, mas constantemente caracterizavam as populações africanas de forma negativa.<sup>84</sup>

Em conclusão, nestas décadas percebemos o crescimento de novos pontos de vista sobre os estudos acerca do continente africano. Estas novas correntes, em especial o Pan-africanismo e Negritude, também foram estudadas no Brasil, em grande parte graças a pesquisadores e militantes do Movimento negro, que as adaptaram para o combate ao racismo e valorização da cultura negra no país. Apesar de o racismo científico ainda influenciar alguns trabalhos naquele momento, são nas décadas de 1970 e 1980 que novos aportes teóricos e metodologias foram empregadas, em um exercício de escrever uma história da África pautada em seu próprio protagonismo e valorização de sua cultura.

### **Novas perspectivas para os estudos africanos - 1980**

A década de 1980, no Brasil, é marcada por uma grande transformação historiográfica, que ocorreu em diversos campos da História, incluindo a de estudos africanos. Novas questões, principalmente atreladas aos movimentos sociais e minorias começaram a ganhar destaque em diversos campos da História. Capelato e Dutra afirmam que o processo de redemocratização no Brasil conectou-se a esta virada, também pontuando:

---

<sup>83</sup> CARDOSO, Marcos. *O movimento negro em Belo Horizonte*, p. 55.

<sup>84</sup> NEME, Mario. *Difícil África Negra*. São Paulo: Coliseu, 1966; CASCUDO, Luis da Câmara. *Made in África*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Mas também cabe lembrar que, no âmbito internacional, a Revolução, tema central dos debates políticos a partir da Revolução Russa, foi sendo paulatinamente substituído pelo tema da democracia em decorrência da crise dos regimes comunistas e consequente crise do marxismo. No Brasil, esse fenômeno teve sua especificidade, porque ocorreu atrelado à preocupação com a crítica ao regime militar e à reflexão sobre o advento de novas formas de atuação política.<sup>85</sup>

Por sua vez, Margareth Rago afirma que o período de abertura política trouxe demandas de novos grupos sociais, étnicos e sexuais até então excluídos da sociedade; além de um grande florescimento cultural, que se expandiu através do desenvolvimento das telecomunicações no Brasil e do crescimento do mercado editorial.<sup>86</sup> Jurandir Malerba atribuiu à consolidação dos cursos de pós-graduação papel importante na renovação historiográfica brasileira, que impulsionou a produção acadêmica no Brasil.<sup>87</sup>

A tradução de importantes autores como Michel Foucault, Edward P. Thompson e Walter Benjamin, que levaram mais de uma década para chegar ao Brasil, auxiliou no suporte teórico-metodológico suscitados pelas novas demandas dos sujeitos e temas das pesquisas acadêmicas, e que o marxismo - até então o principal referencial teórico dos historiadores brasileiros - não alcançava.

Outra influência importante foi a Escola de Estudos Culturais, de Birmingham, Inglaterra, que além de Thompson, também era composta por autores como Raymond Williams, Stuart Hall, Richard Hoggart, Michel Foucault e Charles Taylor. Os Estudos Culturais proporcionaram a possibilidade de pesquisar as experiências cotidianas dos homens e das mulheres comuns, suas táticas de sobrevivência e de embate, silenciosas ou não, contra os mecanismos de opressão do poder hegemônico. O historiador estadunidense Robert Slenes ressalta a importância, sobretudo de Thompson e seus estudos sobre a formação da classe operária inglesa, para os trabalhos sobre escravidão no Brasil, pois a obra do historiador inglês marcou sobremaneira um novo olhar a respeito da família escrava, até então negada como forma de organização e constituição de relações pelo estereótipo construído acerca da vida em cativeiro.<sup>88</sup> Estas influências podem ser

---

<sup>85</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papyrus, 2000, p. 250.

<sup>86</sup> RAGO, Margareth. A "nova" historiografia brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre: PPGH/UFRGS, v. 7, n. 11, 1999, p. 74.

<sup>87</sup> MALERBA, Jurandir. Notas à Margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. *Textos de História*, vol.10, n1/2, 2002, p. 197.

<sup>88</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2. ed., 2011, p. 49.

percebidas, de acordo com Slenes, principalmente nos trabalhos de Kátia Mattoso, João José Reis, Stuart Schwarcz, Emília Viotti, Manuela Carneiro da Cunha, Luís Filipe de Alencastro, entre outros.<sup>89</sup>

As transformações políticas, os novos cursos de pós-graduação e aportes teórico-metodológicos também influenciaram os estudos africanos no Brasil. As mudanças foram expressas através de novos temas e abordagens advindas de demandas para o entendimento do passado e do presente do continente africano. Questões como a história das mulheres e do gênero, dos trabalhadores rurais e urbanos, das doenças, do saber médico (tradicional e moderno), dos nacionalismos, das lutas armadas, dos conflitos do continente, das técnicas de produção, das diferentes formas de organização social, das diferentes culturas da e na África tornaram-se os novos objetos de estudos.

Tal alteração foi possível devido a uma ampliação das fontes utilizadas e também das novas possibilidades de pesquisas multidisciplinares, trabalhando com outras subáreas de conhecimento como arqueologia, linguística, antropologia e biologia. Novas perguntas, novos aportes teóricos e novas demandas para o entendimento do passado africano acabaram por ampliar e transformar a historiografia sobre África, surgindo assim as primeiras monografias dedicadas a temática.

A inauguração da produção acadêmica brasileira sobre África ocorreu com a dissertação na subárea de Sociologia de Fernando Albuquerque Mourão, em 1969, orientada por Ruy Galvão de Andrada Coelho, entusiasta na criação do CEA da USP nos anos seguintes. O campo de Sociologia da USP foi uma grande produtora de conhecimento sobre o continente africano.

A partir da década de 1980, aumentou o número de monografias realizadas no Brasil dedicadas a temáticas exclusivamente africanas. A primeira dissertação em História foi defendida por Selma Pantoja, em 1987, na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do professor Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013).<sup>90</sup> Nesse contexto, é importante ressaltar que os cursos de pós-graduação *strictu sensu* foram regulamentados no Brasil em 1965. Até então, havia entre as mais diversas áreas de conhecimento cerca de 30 cursos de pós-graduação no país, nem todos considerados mestrado ou doutorado.<sup>91</sup> Em História, por sua vez, somente em 1971 os cursos de

---

<sup>89</sup> SLENES. *Na senzala uma flor*, p. 50.

<sup>90</sup> Em 1977, Mario Maestri Filho também escreveu uma dissertação na subárea de História da África, realizada em outro país, na Bélgica, na *Université Catholique de Louvain*.

<sup>91</sup> SANTOS, Cássio Miranda dos. Os primeiros passos da pós-graduação no Brasil: a questão da dependência. *Ensaio: aval. pol., públ., educ.*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 37, p. 479-492, out/dez. 2002.



pós-graduação foram organizados.<sup>92</sup> Ou seja, levaram-se 16 anos, após a inauguração da pós-graduação em História brasileira, para a primeira monografia sobre África ser defendida no Brasil.

Como já foi citada anteriormente, a reforma universitária de 1968 foi um duro golpe para o sistema de cátedras nas universidades. Na prática, esta ação significou a perda de autonomia dos laboratórios e núcleos de estudos, que ficaram impossibilitados de oferecer disciplinas ou criar novos cursos de graduação e pós-graduação. A partir daquele momento, qualquer atividade, de pesquisa, ensino ou extensão, realizada pelos centros de estudos, incluindo os CEAs, precisava passar pela aprovação do departamento ao qual o laboratório devia estar obrigatoriamente vinculado.

Entretanto, os departamentos, essencialmente os de Ciências Humanas, foram outros protagonistas importantes, pois as monografias eram defendidas nestes programas, (em especial os de Sociologia, Letras e História); que, neste contexto, aprovaram a criação de disciplinas obrigatórias e optativas sobre África.

A USP, devido aos esforços do CEA, foi uma das primeiras universidades a oferecer disciplinas sobre África. A partir de 1972, os cursos de Ciências Sociais, História e Geografia receberam disciplinas tanto para a graduação quanto para a pós-graduação.<sup>93</sup> Na graduação, eram oferecidas para os alunos do primeiro semestre, e na Pós-Graduação, para os do segundo semestre. Os temas das disciplinas também correspondiam aos assuntos mais em voga na década de 1970, como as independências dos países africanos e suas configurações políticas.

### **Considerações finais**

Em conclusão, podemos perceber que, apesar da importância dos CEAs, principalmente na inauguração dos estudos africanos no Brasil, os departamentos e as disciplinas oferecidas por estes formaram academicamente os pesquisadores da área. É visível também, a consonância do Movimento Negro com estes avanços nas universidades, participando de grupos de estudos - principalmente no CEEA/UCAM -, auxiliando na construção e na disseminação de conhecimento acerca do continente africano e transformando seus militantes em pesquisadores acadêmicos.

---

<sup>92</sup> FICO, Carlos; POLITO, Roland. A historiografia brasileira nos últimos vinte anos: tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir. *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p. 190.

<sup>93</sup> MUNANGA, Kabengele. Estudo e ensino da África na Universidade de São Paulo: atuação do Centro de Estudos Africanos e do professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, São Paulo: número especial 2012:11 -30, p. 19.

Assim, para além das questões estruturais deste primeiro momento dos estudos africanos no Brasil, também evidenciamos as principais correntes historiográficas que permearam a área e que influenciaram a produção nacional. O racismo científico exerceu uma influência de longa duração e pode ser percebido a partir do trabalho de Nina Rodrigues, escrito no começo do século, mas publicado somente na década de 1930; persistindo até a década de 1960 nos livros de Mario Neme (1966) e Luis da Câmara Cascudo (1965). Neste início, o negocentrismo, recorrente em pesquisas estrangeiras, também marcou as obras brasileiras e foi a principal característica da chamada Escola Baiana. De Rodrigues a Freyre, a questão da raça e mestiçagem foi central para todos os primeiros pesquisadores sobre África do Brasil. Além disso, este momento inicial dos estudos africanos é marcado pela interseccionalidade e falta de delimitação com os estudos afro-brasileiros. Muitos destes primeiros pesquisadores poderiam ter seus trabalhos classificados como pertencentes aos estudos afro-brasileiros. Entretanto, por serem os pioneiros em direcionar um olhar acadêmico ao continente africano, receberam tal título.

Em 1960 ocorreu a criação dos primeiros CEAs, e os pesquisadores se dedicaram sobre o tema não mais através do viés da raça, mais da política, em tom de críticas e denúncias ao colonialismo. Porém, somente nas décadas seguintes é que os autores entraram em contato com metodologias e referenciais teóricos que puderam instrumentalizar um novo modo acadêmico de pesquisa sobre África. O Pan-Africanismo, o movimento da Negritude e dos Direitos Civis nos EUA foram influências importantes, percebidas e adaptadas nos trabalhos de Fábio Leite, Júlio Braga Santana e Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. A coleção História Geral da África, também teve grande impacto no ambiente acadêmico e nos trabalhos de Júlio Braga, Henrique L. Alves e Joel Rufino dos Santos, por exemplo.

Em 1980, autores africanos, europeus e americanos que há mais de uma década já causavam impacto no exterior foram finalmente traduzidos para o português e impressos no Brasil. Eles foram um aporte teórico-metodológico importante para acadêmicos como Selma Alves Pantoja, Mario Curtis Giordani, Letícia Bicalho Canêdo e José Flavio Sombra Saraiva, que tinham objetos de pesquisa tão originais naquele momento que os antigos modelos teóricos não conseguiam abarcar.

Logo, os temas em voga foram se modificando durante o período estudado, assim como os aportes teóricos e correntes de pesquisa. É fato que o difícil acesso a referências bibliográficas foi um empecilho para o desenvolvimento de pesquisas em diversos campos de saber no Brasil. Porém, a produção nacional sobre África superou estas adversidades, se manteve em consonância

com os acontecimentos ao redor do mundo e produziu conhecimento que foi disseminado para além dos muros da academia e causou impacto na sociedade.